

Línguas de Especialidades e o Texto Argumentativo: A Construção dos Lugares da Argumentação

Thiago Wallace Rodrigues dos Santos Lopes ()*

Palavras iniciais

O presente trabalho tem por objetivo analisar a construção dos lugares da argumentação em textos argumentativos por meio das línguas de especialidades. Para isso, vamos nos apoiar em alguns arcabouços teóricos que são importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Para começar, abordamos a teoria da argumentação apresentando a sua importância para a sociedade humana e como ela se manifesta nessa. Fizemos a distinção entre dissertação e argumentação e focamos nesta última. Abordamos também a diferença entre convencer e persuadir e tratamos da importância dos estudos acerca deste modo textual.

Em seguida, trabalhamos os conceitos dos lugares da argumentação, assim, apresentando a constituição desses e da sua importância para hierarquização e organização dos argumentos. Ainda falando desses lugares, apresentamos e definimos os lugares de quantidade, de qualidade, de ordem, de essência, de pessoa e do existente. Explorando a construção dos lugares dentro do modo argumentativo.

Apresentamos, também, uma conceituação de léxico, tentando adotar uma dentre as maneiras de estabelecer tal definição. Assim, buscamos definir o léxico por alguns vieses teóricos, levando em consideração a importância desses estudos para a descrição linguística do português, eventualmente os termos palavra e vocábulo serão usados como sinônimos neste trabalho. Além disso, trabalhamos os conceitos de línguas de especialidades e como elas são importantes à formação do léxico.

Por fim, analisamos o texto *Precisamos falar sobre os agrotóxicos*, de Rui Daher, publicado no site da Carta Capital no dia primeiro de novembro de 2013, para tratarmos dos lugares da argumentação presente nele. Finalizamos apresentando as nossas considerações finais acerca do trabalho.

(*) Mestrando no Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista CAPES/CNPq.

A argumentação

A argumentação está presente no dia a dia da sociedade humana; assim, “valemo-nos, prioritariamente, de textos argumentativos para a consecução dos nossos objetivos” (VALENTE, 2011, p. 51). Esse modo de organização do texto está, portanto, presente em todos os ambientes comunicativos da língua. Isso se dá porque somos levados a manifestar as nossas opiniões e é por meio do tipo dissertativo que fazemos a transmissão delas. Há, contudo, certa distinção entre dissertação e argumentação; essa se dá, pois

[...] na dissertação, expressamos o que sabemos ou acreditamos saber a respeito de determinado assunto; externamos nossa opinião sobre o que se *é* ou nos parece *ser*. Na argumentação, além disso, procuramos principalmente *formar a opinião* do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a razão está conosco, de que nós *é* que estamos de posse da verdade. (GARCIA, 2010, p. 380, grifos do autor)

Assim, enquanto o texto dissertativo trata apenas de apresentar as opiniões de seu autor, o argumentativo visar levar o interlocutor a pensar ou agir como o autor do texto, isto é convencê-lo, porém mais do que isso persuadi-lo. E há nesse ponto outra dicotomia, pois convencer e persuadir possuem sentidos diferentes e são, segundo Valente (2011), “aspectos indispensáveis do argumentar” (p. 51). Dessa maneira, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) afirmam que

para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois convicção não passa da primeira fase que leva à ação. [...] Em contrapartida, para quem se preocupa com o caráter reacional da adesão, convencer é mais do que persuadir. [...] (p. 30)

Assim, pode-se dizer que “CONVENCER é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando [...]. Persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro [...]” (ABREU, 2001, p. 25). Assim, Valente (2011) afirma que “ao convencer uma pessoa, mudo o seu pensamento; ao persuadir, levo-o a alterar a sua prática” (p. 52).

Ligar a argumentação à persuasão é, segundo Marques (2011), um clássico aspecto dos estudos retóricos, marcando, assim, “uma visão otimista do exercício de argumentação” (p. 274). Por isso, ela é um exercício democrático, que busca convencer e persuadir o outro. Dessa maneira, “argumentar é basicamente apresentar razões para uma conclusão, é defender um ponto de vista próprio em oposição a outro(s), mas é também dar lugar ao interlocutor, reconhecer-lhe o direito a usar da palavra, a ser parceiro na interação” (MARQUES, 2011, p. 268).

A argumentação é, do ponto de vista bakhtiniano, um ato dialógico, isto é, nela perpassa a palavra do outro para validar o argumento do locutor ou invalidar o do interlocutor contra argumentação (FIORIN, 2016). Assim, Garcia (2010) diz que “a argumentação deve basear-se nos

sãos princípios dá lógica” (p. 380), em outras palavras, o texto argumentativo deve ser construído por um caminho que “dá uma primazia ao raciocínio formal sobre a argumentação [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 219).

Conforte (2016) afirma que “o assim chamado modo argumentativo de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2008), ao contrário do descritivo e do narrativo, deve ser estudado numa dimensão que se estende para muito além de uma mera tipologia textual” (CONFORTE, 2016, p. 49-50). Os textos argumentativos, portanto, são de relevante importância aos estudos linguísticos, além de ter um valor considerável na comunicação humana.

Os lugares da argumentação

O texto argumentativo tende a estruturar-se de acordo com os princípios lógicos (GARCIA, 2010; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Assim, ao apresentar argumentos, o locutor precisa ordená-los de maneira que os princípios lógicos estejam presentes e que possam ser perceptíveis ao interlocutor. Para isso, pode-se recorrer à premissas que são de ordem geral e são denominadas como lugares da argumentação (ABREU, 2001; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Assim, segundo Abreu (2001):

para re-hierarquizar os valores do nosso auditório, podemos utilizar algumas técnicas conhecidas desde a Antiguidade e que recebiam o nome de lugares da argumentação. São premissas de ordem geral utilizadas para reforçar a adesão a determinados valores. O nome lugares era utilizado pelos gregos, para denominar locais virtuais facilmente acessíveis, onde o orador pudesse ter argumentos à disposição, em momento de necessidade. (p. 81)

A generalidade dos lugares-comuns torna-os úteis em diversas situações da comunicação humana, eles apresentam, porém, marcas que são particulares. Assim, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), “tais lugares-comuns não são, a bem dizer, senão uma aplicação dos lugares-comuns, no sentido aristotélico, a temas particulares” (p. 95). Apesar de sua generalidade, os lugares da argumentação possuem uma aplicação que lhes é específica. É possível, portanto, que enumeremos seis lugares-comuns, isto é, lugares da argumentação. Assim, temos: 1- lugar de quantidade; 2- lugar de qualidade; 3- lugar de ordem; 4- lugar de essência; 5- lugar de pessoa e 6- lugar do existente (ABREU, 2001; FABRINO, 2008; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Falaremos, então, de cada um deles e de como são utilizados.

O lugar de quantidade elabora suas afirmações por meio da ideia de que um maior número ou maior valor, concernente a isso Abreu (2001) afirma que nesse lugar “se afirma que qualquer coisa vale mais que outra em função de razões quantitativas” (p. 81). Assim, usamos esse lugar quando

falamos de da democracia, a qual elege o candidato com o maior número de votos; as pesquisas estatísticas são, por natureza, um traço muito característico do lugar de quantidade (ABREU, 2001; FABRINO, 2008; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

Em contraposição ao lugar de quantidade, temos o lugar de qualidade, essa oposição ocorre, pois há neste lugar uma valorização do que é único, do que é raro; enquanto aquele valoriza o número. Assim, o lugar de qualidade aparece na argumentação quando o locutor apresenta uma contestação à virtude do número (ABREU, 2001; FABRINO, 2008; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Assim, “sob a óptica desse lugar, tudo aquilo que é ameaçado ganha valor iminente” (ABREU, 2001, p. 84). São, dentre outros, exemplos de uso do lugar de qualidade o animal de estimação, que é único, para o seu dono, em relação a outros de sua espécie; a teoria do *carpe diem* (aproveitar o dia), que vê a vida com única.

O lugar de ordem trata das relações de posição, isto é, ele afirma “a superioridade do anterior sobre o posterior” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 105), esse lugar também dá destaque a posição superior das “[...] causas sobre os efeitos, dos princípios sobre as finalidades etc. [...]” (ABREU, 2001, p. 86). Assim, podemos dizer que o lugar de ordem é um princípio básico em competições, nas quais a primeira colocação é superior às demais posições.

O lugar de essência prioriza, com certo grau de superioridade, o valor dos indivíduos como representantes bem caracterizados de uma dada essência. Assim, o exemplo mais comum para o lugar de essência são os concursos de miss, nos quais as candidatas precisam se aproximar daquela que consideram a essência da mulher bonita (ABREU, 2001; FABRINO, 2008; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

O lugar de pessoa trata de argumentos e coisas relacionadas à pessoas, isto é, “afirma a superioridade daquilo que está ligado às pessoas” (ABREU, 2001, p. 90). Assim, esse lugar se constrói em argumentos e discursos políticos que dizem que a prioridade é a pessoa, o povo. Dessa maneira, prioriza-se o ser humano e coisas que são diretamente relacionadas a elas.

Por último temos o lugar do existente, o qual “pressupõe um acordo sobre a forma do real ao qual são aplicados” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 106), Abreu (2001) comenta que esse lugar “dá preferência àquilo que já existe, em detrimento daquilo que não existe” (p. 92). Assim, hierarquiza os argumentos dando superioridade ao que já existe em detrimento daquilo que não existe.

Por fim, os lugares da argumentação constroem-se em torno de argumentos, estes se desenvolvem por meio de palavras. Assim, elas são utilizadas, enquanto unidades lexicais, para a construção do lugar, dessa forma, ao falar de uma área do conhecimento, o locutor se utiliza da linguagem de especialidade para se colocar em um lugar que dê a ele domínio sobre o auditório.

Um pouco sobre o léxico e as línguas de especialidades

O léxico está presente na vida diária da sociedade, pois o ser humano é, por natureza, um indivíduo que tem a necessidade de se comunicar, ora “[...] a comunicação humana é tão natural quanto o ato de respirar [...]” (SANTOS, 2011, p. 239) e é por meio de palavras que estabelecemos o ato comunicativo, elas são “... a matéria-prima com que construímos nossas ações de linguagem” (ANTUNES, 2012, p. 27). Assim, torna-se importante que se defina o que é o léxico e como ele é constituído. Há ainda muita discussão, por parte dos teóricos, acerca de uma definição para este tema, que dê conta da sua totalidade, mas é possível identificar alguns consensos que almejam estabelecer uma explicação que seja capaz de delimitar o léxico, pois este, segundo Castilho (2010), tem sido um assunto central nos estudos acerca das línguas naturais.

Assim, o léxico de uma língua pode ser definido como o conjunto de palavras que a ela pertencem, e fazem parte da sua manifestação. A esse conjunto, juntam-se os itens (prefixos, sufixos, bases) que os falantes utilizam para estruturar seus atos comunicativos e na produção de novos itens lexicais. (CORREIA; ALMEIDA, 2012; ANTUNES, 2012). Segundo essa concepção, podemos entender que é por meio do léxico que se estabelece a comunicação humana dentro de uma determinada língua.

O léxico também pode ser entendido por uma visão cognitivo-representativa, na qual ele é “... a codificação da realidade extralinguística interiorizada no saber de uma dada comunidade linguística” (VILELA, 1997, p. 31). Ou, por uma perspectiva comunicativa, léxico é entendido como as palavras utilizadas, pelos falantes de uma determinada língua, para desenvolverem os seus atos linguísticos de comunicação. É importante notar que, em ambas as visões, o léxico é um conhecimento compartilhado entre os falantes de uma língua (VILELA, 1997).

Observando esse percurso, podemos por fim definir o léxico como o conjunto de palavras e formas linguísticas de uma dada língua, que são utilizadas para a comunicação entre os indivíduos e que compõem os vocabulários dos falantes, esses são de conhecimento compartilhado entre eles. Por isso, para que a comunicação se estabeleça, faz-se necessário que o falante/escritor e o

ouvinte/leitor tenham o mínimo conhecimento acerca das palavras que serão utilizadas para estabelecer a comunicação.

A esse conhecimento compartilhado chamamos de vocabulário ou repertório lexical, ou seja, o conjunto de palavras da sua língua que um dado usuário conhece ou as que ocorrem em dado discurso (CORREIA; ALMEIDA, 2012; CRESSOT, s/d). Assim, segundo Rocha, “todo falante nativo faz uso (o que quer dizer, tem conhecimento) de uma lista não só de palavras, como também de um grande número de formas linguísticas que não constituem palavras, tais como os afixos, as desinências, etc.” (2008, p. 61). Esse saber, como vimos anteriormente, é chamado de léxico mental ou vocabulário, ele ainda pode ser reconhecido como competência lexical do falante.

O vocabulário constitui-se de diversas entradas lexicais, estas são representadas por palavras arcaicas, que não são mais utilizadas; palavras que estão em uso na comunicação linguística da sociedade; palavras novas, conhecidas como neologismos; termos científicos e jargões de determinadas áreas do conhecimento; gírias, expressões populares; os chamados palavrões; expressões idiomáticas e os estrangeirismos e hibridismos, que ocorrem em decorrência do contato direto ou indireto com outras línguas (VILELA, 1997; ROCHA, 2008; CASTILHO, 2010; CRESSOT, s/d), bem como as palavras tabus e os palavrões.

Por fim, para a continuidade do presente trabalho, vamos seguir a visão que define o léxico por um viés comunicativo, tratando-o como o conjunto de palavras utilizado na comunicação humana, somando-se a esse conjunto os elementos disponíveis, na língua, para a formação de palavras. Quanto às palavras, adotaremos a conceituação de Mattoso Camara Jr. (2015); eventualmente vocábulo e palavra poderão ser usados como sinônimos.

A língua de especialidade, portanto, é o conjunto de unidades lexicais, isto é, de palavras, que é ligado a uma dada área do conhecimento, que pode ou não ser transferido para comunidades de fala fora do daquele dado domínio. Assim, essa linguagem pode ser entendida como “como subsistemas linguísticos que compreendem o conjunto de meios linguísticos próprios de um domínio particular do saber (disciplina, ciência, técnica, profissão, etc.), visando a não ambiguidade na informação” (CORREIA, 1998, p.59).

Dessa maneira, “as línguas de especialidade participam em alguns aspectos da língua comum, distinguindo-se dela por características particulares” (GIL, 2003, p.114). O seu uso, porém, é, em grande maioria, restrito ao domínio que define, isso faz com que “uma ‘língua de especialidade’ será um discurso funcional e um sub-sistema compreendido no sistema total da língua, como tal

recorrendo apenas parcelarmente ao material lexical, sintáctico e semântico que a língua disponibiliza” (GIL, 2003, p. 115).

A língua de especialidade pode, então, ser utilizada para fazer com que um discurso assumira um lugar, pois são unidades lexicais, que ocorrem no discurso de especialistas. Isso se dá porque as línguas de especialidades “são domínios de experiência coexistentes na vida de um indivíduo, partilhados, em princípio, pelos outros membros de uma mesma comunidade linguística” (GIL, 2003, p. 115), o que faz com que elas sejam usadas para construir discursos de autoridade e deem ao locutor uma posição de destaque.

Análise do corpus

A partir daqui vamos analisar a construção do lugar a partir do uso da língua de especialidade. Para isso, escolhemos o texto *Precisamos falar sobre os agrotóxicos* de Rui Daher, publicado no site da Carta Capital no dia primeiro de novembro de 2013. Em seguida o texto na íntegra, no qual grifamos palavras ligadas à agropecuária e ou áreas afins:

Precisamos falar sobre os agrotóxicos

por Rui Daher — publicado 01/11/2013 13h04

Alguns problemas podem ser resolvidos com soluções criadas longe das atividades dos gigantes do setor

"Perigo, perigo, perigo", alertava o robô do seriado “Perdidos no Espaço”, produzido pela CBS para a TV dos EUA, entre 1965 e 1968, sucesso também no Brasil.

A imagem aparece sempre que percebo pressões de confederações e associações ligadas ao *agronegócio*, contra ou a favor de rotinas ou medidas de órgãos que regulam a *agropecuária* ou instituições de pesquisa que os referendam.

Não que alguns pleitos não sejam legítimos. Afinal, se de um lado vigora pouca lucidez burocrática, de outro sempre haverá interesses econômicos inconfessos.

Agrotóxicos comercializados no Brasil são proibidos em outros países. Pesquisadores independentes, *Anvisa* (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e mesmo folhas e telas cotidianas têm sido pródigos nessa divulgação.

A *Frente Parlamentar da Agropecuária* (FPA) e outras entidades vêm pedindo mudanças nos atores e métodos de análise para as aprovações.

Hoje em dia, *Anvisa e ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e Saúde* conduzem os processos de cabo a rabo. Reclama-se da demora, o que fez crescer a ideia de criar-se a *Comissão Técnica Nacional de Agrotóxicos*, com 13 membros.

E de onde sairiam tais membros? Dos mesmos órgãos hoje encarregados da tarefa, somados, talvez, a portavozes das associações de fabricantes de agrotóxicos.

Curioso. Nesta Federação de Corporações, para abreviar processos, cria-se novas instâncias de aprovação. Estas reservarão os ossinhos duros de roer aos supostos eliminados que, ciosos do antigo feudo, os enterrarão em novos quintais, atrasando as liberações.

Intriga atual articulação que questiona o poder decisório de *Incra* (Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária), *Funai* (Fundação Nacional do Índio), *Anvisa* e *ONGs* contrárias ao novo Código Florestal.

Tremei, pois, *assentamentos para reforma agrária, demarcações de terras indígenas e quilombolas, agroecologia, áreas de preservação permanente, reservas legais*.

A encrenca com a *Anvisa* tomou dimensão maior devido a uma *lagarta* de nome *Helicoverpa armigera*.

Depois de se deliciar com *soja, milho e algodão*, ela se alimenta com dieta bem menos nobre. Matos, ervas daninhas e, segundo relatos de pesquisadores, até copos de plástico. É como maneiaram o apetite até a chegada do banquete da nova safra.

Apesar de o *ministério da Agricultura* ter liberado, em regime de urgência, a importação de produto supostamente eficaz (*benzoato de emamectina*), o ato foi embargado pelo Ministério Público, em razão de sua alta toxicidade.

Daí a quizumba. Fala-se que a *Helioverpa* causou, na última safra, prejuízos da ordem de 2 bilhões de reais nas culturas de *soja, milho e algodão*, valor que pode aumentar no novo plantio.

Amedrontados, os produtores mandam ver altas doses de inseticidas de outras marcas, o que os faz aumentar o custo e não deitar a lagarta.

Vários simpósios têm sido realizados. Pesquisadores atiram pra todos os lados. O plantio de *grãos com sementes transgênicas* que eliminam os inimigos naturais das larvas, como verificado nos EUA para o *milho Bt*. Desrespeito ao período de *vazio sanitário* em certas regiões. Até se cogitou de *bioterrorismo*.

Diante de tragédia tão grave, é de estranhar as poucas referências aos *controles biológicos já existentes, disponíveis comercialmente, e testados e usados com eficácia em vários campos de lavouras*.

Como tais produtos não são fabricados pelos principais gigantes do setor, suas massivas divulgação e aplicação poderiam fazer o *agricultor acreditar que a salvação das lavouras não seja feito exclusivo dos agrotóxicos*.

Na semana passada, presenciei apresentação de cientistas, proprietários de empresa de Campinas (SP) que detém tecnologia para fabricar controles biológicos capazes, inclusive, de fazer a Helioverpa, em poucos dias, parecer café torrado.

Sem matar uma joaninha ou qualquer outro predador natural.

Existe e basta procurar. Alerta do robô: não será fácil furar o bloqueio.¹

Ao observarmos o texto e as palavras grifadas, podemos perceber que elas são unidades lexicais que fazem parte de uma ou mais línguas de especialidades. Elas tomam um papel muito importante no texto, pois, além de demonstrarem o domínio do orador acerca do assunto, constroem os lugares da argumentação no qual os argumentos do texto vão se alocar.

Assim, podemos perceber no texto o lugar de qualidade se apresenta de forma negativa, quando o autor fala da ação destrutiva da *Helioverpa* nas plantações de milho, soja e algodão, dando assim certo valor a esse fato. Esse lugar também se faz presente no texto, de maneira aparentemente positiva, quando o escritor fala da liberação, como medida de urgência, do, supostamente eficaz, *benzoato de emamectina*, que poderia rapidamente levar a lagarta à morte, porém apresenta um alto teor de toxicidade.

Podemos, também, perceber no texto o lugar de essência. Isso acontece quando o autor aponta que a frente parlamentar da agropecuária e algumas instituições dizem que apenas o *benzoato de emamectina* e outros agrotóxicos podem resolver os problemas das plantações. Assim, atribuem aos agrotóxicos à essência de salvação das lavouras, sem levar em consideração outras alternativas.

Assim, observamos o lugar do existente quando o escritor fala da possibilidade de uso do controle biológico (uso de estratégias para propiciar a presença de predadores naturais das lagartas e outras “pragas”), pois este é uma forma de controle existente e disponível, além de ter sido testado e aprovado, enquanto a importação e comercialização do agrotóxico em questão é apenas um

¹ Os destaques em itálico não se encontram no original, tendo sido delineados pelo autor.

“sonho”. Com isso, o autor dá superioridade ao controle biológico, que é de fato uma possibilidade real, em relação ao *benzoato de emamectina*, que se apresenta como uma possibilidade ilusória.

Vemos, com essa breve reflexão, que as línguas de especialidades contribuem para a construção dos argumentos e dos lugares da argumentação que ocorrem no texto. O autor constrói, dessa forma, a sua argumentação de modo a expressar uma posição contrária ao uso extensivo de agrotóxicos e por isso coloca o controle biológico e a Agroecologia em superioridade por meio dos lugares da argumentação.

Considerações finais

Por fim, entendemos que os textos argumentativos oferecem um amplo e rico material para as pesquisas linguísticas, pois essa modalidade textual é muito diversa das demais formas de estruturação e está presente nos mais diversos ambientes comunicativos. Isso faz com que haja uma maior gama de estudos acerca desses textos e das estratégias que são utilizadas para a produção deles, bem como os elementos que operam em sua elaboração. Observamos, também, que os lugares da argumentação são estratégias marcadas e bem caracterizadas nessa modalidade textual. Com isso, notamos que as línguas de especialidades podem contribuir para a construção dos lugares da argumentação, principalmente quando tratamos do lugar de autoridade, aquele que coloca o enunciador em uma posição de destaque em relação ao interlocutor. Não são elas – as línguas de especialidades –, porém, as únicas responsáveis pela delimitação, no texto, desses lugares. Assim, faz-se necessário maiores estudos acerca das línguas de especialidades, das suas contribuições ao processo discursivo de construção do texto argumentativo, bem como na demarcação dos lugares da argumentação, também é importante um sistemático estudo da maneira como os lugares se constroem e se organizam no texto.

Referências

- ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- ANTUNES, Irandé. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 27-59.
- CASTILHO, Ataliba de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 109-118
- CONFORTE, André Nemi. Argumentação e léxico na perspectiva da iconicidade verbal. Caderno Seminal Digital, ano 22, nº 26, v. 1. 2016. Disponível em: <<http://www.e->

- publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/issue/view/1458>. Acesso em: 26 de Julho de 2018.
- CORREIA, Margarita. Neologia e Terminologia. In: MATEUS, Maria Helena; CORREIA, Margarita (Orgs.). **Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998, p. 59-74.
- _____; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 11-16.
- CRESSOT, Marcel. **O estilo e suas técnicas**. Lisboa: Edições 70, s/d., p. 76-83.
- DAHER, Rui. Precisamos falar sobre os agrotóxicos. In: Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/precisamos-falar-sobre-os-agrotoxicos-7193.html>>. Acesso em: 01 de Julho de 2018.
- ELIA, Sílvio Edmundo. **As unidades lexemáticas**. In: I Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 1998. Anais. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/cong_icnlf.html>. Acesso em: 26 Jul de 2018.
- FABRINO, Ana Maria Junqueira. **O lugar dos lugares: a escrita argumentativa na universidade**. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2ª ed.. São Paulo: Contexto, 2016.
- GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. 27ª ed.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- GIL, Isabel Teresa Morais. Algumas considerações sobre línguas de especialidade e seus processos lexicogénicos. **Máthesis**, n. 12, 2003. p. 113-130. Disponível em <<http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/Mathesis/Livros/Mathesis.php>>. Acesso em: 26 Jul 2018.
- MARQUES, Maria Aldina. Argumentação e(m) discursos. In: DUARTE, Isabel; FIGUEIREDO, Olívia (Orgs.). **Português, língua e ensino**. Porto: Universidade do Porto Editorial, 2011. p. 267-309.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3ª ed.. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. 2ª ed.. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.
- SANTOS, Joana Vieira. **Linguagem e comunicação**. Coimbra: Almedina, 2011.
- VALENTE, André C.. Argumentação e textualidade em crônicas jornalísticas. In: VALENTE, André C.; PEREIRA, Maria Teresa G. (Orgs.). **Língua portuguesa: descrição e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 51-63.
- VILELA, Mário. O léxico do português: perspetivação geral. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n.º 1, 1997, p. 31-50.

Resumo: A argumentação é um ato presente nas mais diversas camadas das sociedades humanas e se desenvolve de diferentes maneiras. Por isso, este trabalho tem por objetivo analisar a construção dos lugares da argumentação em textos argumentativos por meio das línguas de especialidades. Para isso, nos apoiamos em alguns arcabouços teóricos, abordamos a teoria da argumentação apresentando a sua importância para a sociedade humana e como ela se faz presente nesta e traçamos alguns desdobramentos acerca dessa teoria, abordando a distinção entre dissertação e argumentação e focamos nesta. Abordamos os conceitos dos lugares da argumentação, assim, apresentando a constituição desses e da sua importância para hierarquização e organização dos argumentos, bem como os referidos lugares. Traçamos uma conceituação sobre léxico e trabalhamos os conceitos de línguas de especialidades e como elas são importantes à formação do léxico. Por fim, fizemos a análise do corpus e apresentamos nossas considerações finais.

Palavras-chaves: Argumentação; Lugares da argumentação; Modo argumentativo; Léxico; Língua de especialidade.

Abstract: The argumentation is act present in the most diverse layers of human societies and develop itself in different manners. Therefore, the present work has the objective of analyze the construction of places of argument in argumentative texts by means of specialty languages. For that, we will base ourselves in some theoretical framework. Thus, we approached the argumentation theory introducing its importance for the human society and how it presents itself in it and we drew some deployment about this theory, showing, in this way, the distinction between dissertation and argumentation and we focused in the last. Then, we introduce the concepts of places of argument, thus, presenting the constitution of it and its importance to the hierarchy and organization of arguments, as well as the referred places. Continuing, we drew a conceptualization about lexicon, besides that, we work the concepts of specialty languages and how they are important to the formation of lexicon. Lastly, we did an analyses of the corpus and presented our final considerations.

Keywords: Argumentation; Places of Argument; Argumentative Mode; Lexicon; Specialty Language.

Recebido em: 16/11/2018.

Aceito em: 25/11/2018.